

Reflexões Feministas

#1

NOV. 2018



CONVERSAS FEMINISTAS: SITUANDO AS NOSSAS IDEIAS RADICAIS E ENERGIAS NO CONTEXTO AFRICANO CONTEMPORÂNEO

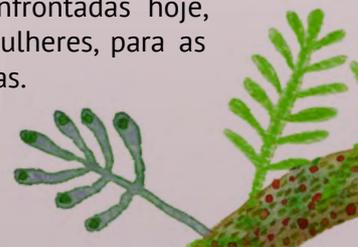


FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG

Patricia McFadden
Patricia Twasiima

O presente artigo resulta de uma conversa entre duas feministas Africanas radicais, Patricia McFadden e Patricia Twasiima, que sem remorsos e com prazer, pensam, vivem e compartilham ideias e imaginários feministas. Ambas fazem parte do African Feminist Reflection and Action Group (Grupo de Reflexão e Acção Feminista Africana). Vivem na África Oriental e na África Austral, respectivamente, e, mesmo 'separadas' pela distância e pela idade de formas muito convencionais, as suas ideias e paixão pela liberdade e por levar uma vida digna nas suas autenticidades como mulheres Negras no seu continente, e fora dele, são os laços que as ligam inseparavelmente como Feministas Africanas Contemporâneas no século XXI.

A conversa em que se envolvem cobre vários desafios e tarefas centrais, as quais têm-se apresentado a feministas desde o surgimento da resistência política pública das mulheres radicais contra o Patriarcado. Ademais, reflecte também as novas facetas do Patriarcado e da opressão, com que somos confrontadas hoje, e como é que as lutas das mulheres, para as combater, podem ser fortalecidas.





CONVERSAS FEMINISTAS: SITUANDO AS NOSSAS IDEIAS RADICAIS E ENERGIAS NO CONTEXTO AFRICANO CONTEMPORÂNEO

Contexto da conversa

As mulheres têm resistido à opressão e exclusão desde que os humanos vivem como grupos organizados. E, enquanto as expressões feministas tenderam a ser silenciadas pela grande voz nacionalista, anticolonialista e antirracista masculina em todas as sociedades Africanas, e além do continente, houve mulheres Negras importantes que foram definindo os contornos e os elementos-chave dos quais floresceu o feminismo Africano actual. Como diz Torunoglu, «No Egipto, o nacionalismo fomentou as solidariedades feministas. Por sua vez, as mulheres egípcias geraram um discurso nacionalista que legitimou o seu caso. Nacionalistas e feministas colaboraram para

atingir o seu objectivo comum de se tornarem independentes de uma potência colonial” (2016). Entre as mais destacadas e cada vez mais reconhecidas resistentes feministas, cujas lutas e vidas se cruzaram com as lutas nacionalistas anticoloniais dentro e fora do continente, estiveram Hudda Sharaawi (Egipto), Funmilayo Ransome-Kuti (Nigéria), Lilian Ngoyi (África do Sul) e Wambui Otieno (Quénia). Estas mulheres destacaram-se, publicamente, como antipatriarcais e intransigentemente anticolonialistas (Jayawardena, 1986; Davies, 2000).

O feminismo é irrefutavelmente uma celebração do incrível poder, beleza, conhecimento, coragem e clarividência das mulheres que dizem «não», inequivocamente

e sem ambiguidade, a qualquer e todas as formas de opressão, repressão e exclusão. Como Barbara Smith assinala, “o feminismo é a teoria política e prática para libertar todas as mulheres” (1980). É a interface – em termos conceptuais e existenciais – da resistência e celebração, que dá ao feminismo, particularmente ao feminismo Africano contemporâneo, a sua qualidade única de Contemporaneidade. Este é o carácter político e subjectivo de uma ideologia e identidade que exige e, intransigentemente, insiste na não negociação de noções e dos valores centrais. Valores como a integridade corporal e sexual, dignidade, existência autónoma como um elemento central da personalidade, e da concretização de suficiência na prática vivida e filosófica de cada um. Estes “não-negociáveis” estão a transformar e a revitalizar o feminismo tanto como resistência, quanto como, fonte de alegria e liberdade. O amor e a solidariedade foram interligados ao feminismo como luta e como existência desde que as mulheres reconheceram a injustiça e a impunidade em que assenta o poder e o privilégio patriarcal em todas as sociedades humanas. Assim, as mulheres resolveram resistir e reivindicar a sua liberdade e dignidade.

Estas são as tradições e subjectividades que nos mantêm firmes, seguras no conhecimento de que, desde que os humanos deram o primeiro passo rumo aos nossos futuros, neste continente e depois à volta do nosso planeta, a Liberdade – o direito atingir o máximo do que se é capaz, em todos os sentidos, das capacidades de cada um – é inerente à própria ideia e à concretização de humanidade. Portanto, em resposta à injustiça patriarcal que nega às mulheres a sua liberdade, através de resistência e luta – nós, as mulheres do continente Africano e do mundo, estamos a edificar um discurso político que centra as ideias e o conhecimento das mulheres na projecção de uma realidade Africana alternativa.

Ao longo de muitas décadas, as ideias radicais, que estavam epistemologicamente

presentes nas realidades vivenciadas pelas mulheres, foram descartadas e preteridas por versões falsas de uma narrativa conveniente que insistia que, como a opressão e a exploração têm ocorrido desde o início dos tempos, os grupos excluídos, particularmente as mulheres, deviam limitar-se a sorrir e suportar. No entanto, a justiça como verdade é intrínseca a todos os nossos instintos existenciais como seres humanos. A consciência que cada um que chega a este planeta nasce livre e dotado de tudo aquilo de que necessita para ser incrivelmente criativo e belo em cada uma das nossas maneiras únicas de ser. Por isso, as comunidades oprimidas recusaram à hegemonia de classe, racial, de género, heteronormativa, discriminatória e racista. As mulheres foram ensinadas, e continuam a aprender, que só podem ser reflexos limitados e sombrios dos homens que governam as suas casas e sociedades. No entanto, a desconstrução também tem vindo a acontecer lado a lado com o trabalho teórico e activista das feministas, criando fóruns de diálogo para contestar estas ideias, lembrando-nos que somos suficientes para celebrar plenamente a nossa humanidade.



A luta feminista por sociedades alternativas

A este respeito, as feministas que se encontram em diferentes frentes da luta para re-imaginar e construir sociedades alternativas, sociedades que são criadas fora do mercado, têm desafiado a suposta inevitabilidade do capitalismo e das suas diversas formas de extrativismo – da agricultura de commodities às tremendas consequências da mineração e das indústrias que acompanham esta pilhagem. Apelam por uma relação diferente com a natureza – na agricultura e na produção de alimentos livres de poluentes, na conservação e preservação de habitats naturais e ecossistemas e na mudança para formas de energia não baseadas em carbono desde o nível comunitário ao nível internacional. Invocam também, a devolução urgente da terra às comunidades por meio de conversas e processos decisórios genuínos e transparentes, especialmente com mulheres, de comunidades que vivem em terras ricas em minerais e cuja exploração não as beneficiou, tendo-se antes tornado num flagelo para as suas vidas.

A rede WoMin, African Woman Unite against Destructive Resource Extraction (Mulheres Africanas Unidas contra a Extração Destrutiva de Recursos) e os seus membros aliados é um desses exemplos. Realiza pesquisas críticas sobre os impactos da mineração, extração de petróleo e produção de aço em sete países Africanos. Argumentando que uma das principais constatações do estudo é que o impacto das indústrias extractivas nos sistemas de terra, água e alimentos – a riqueza comunitária a partir da qual as mulheres criam sustento para as famílias e comunidades – é tão grave que, a longo prazo, os custos de um desenvolvimento baseado em minerais e petróleo tendem a superar os benefícios.

Esta crítica ao extrativismo, no seu sentido mais convencional, também se traduz em

ideias e conversas ecofeministas mais críticas, particularmente na África do Sul. Um exemplo interessante é a Feminist Table (Mesa Feminista), formada em 2012, que “recorre à noção feminista marxista de reprodução social, ou seja, o trabalho não remunerado que as mulheres (Negras) fazem fora do mercado, tanto nas suas casas como nas suas comunidades”. (Fakier e Galo, 2017)

Outro exemplo muito importante para o discurso feminista alternativo sobre as formas alternativas re-imaginadas de vida humana está reflectido no trabalho teórico do grupo International Feminists for a Gift Economy (Feministas Internacionais por uma Economia do Presente). Iniciado por Genevieve Vaughan, cujo trabalho desempenha um papel crucial para encorajar as feministas (e as mulheres em geral) a pensar no seu poder, promover legados de formas profundamente políticas e traduzir o cerne igualitário do presentear, decorrente da forma como as mulheres vivem há milénios. A principal mensagem é:

“Nascemos numa Economia do Presente, praticada por aquelas que nos criaram, permitindo-nos sobreviver. A economia de troca, quid pro quo, separa-nos uns dos outros e torna-nos adversários, enquanto dar e receber presentes cria mutualidade e confiança”¹.

A noção da Economia do Presente tem influenciado o pensamento e a prática da ideia de Suficiência. Pode aproximar os nossos estilos de vida a um relacionamento diferente e mais holístico com a Natureza e com os nossos corpos, bem como criar oportunidades para explorar novos e diferentes tipos de relacionamento com outras mulheres, numa base individual nesta época contemporânea. O maternalismo, que é subjacente ao discurso essencialmente eco-feminista, é problemático. No entanto, vivendo numa ditadura feudal onde qualquer tipo de crítica do status quo determina um certo encarceramento, podemos inspirar-nos em algum do essencialismo presente no discurso

¹ Ver excertos do trabalho de Genevieve Vaughan em <http://gift-economy.com/>

da Economia do Presente, de modo a realizar o trabalho feminista de forma inovadora e mais interpessoal (como uma aplicação da noção de Contemporaneidade Feminista).

No contexto actual, em que reivindicações concorrentes e persistentes reacções ideológicas nacionalistas colocaram o feminismo no centro das atenções, de novas, interessantes e desafiantes formas, (#MeToo, #MenAreTrash, #TotalShutDown), o feminismo deve recuperar as suas verdades essenciais e aplicá-las nos nossos respectivos contextos e época. Deve levar as mulheres a reconhecerem a pessoa em si mesmas, e a compartilharem de geração em geração, de forma transversal, todas as divisões que o Patriarcado inventou e institucionalizou, o conhecimento de que, as mulheres, só ao serem livres podem perceber e desfrutar todo o valor do seu ser. E, ao fazê-lo, cada uma contribui para os múltiplos esforços dos outros seres humanos que procuram viver livremente. É com este pano de fundo da inevitabilidade existencial da justiça e da liberdade que os corpos e vidas das mulheres se têm tornado no contraponto à injustiça, violação, impunidade e exclusões que caracterizam todas as nossas sociedades na actualidade.



Manifestações do Patriarcado nos dias de hoje

Para confrontar o Patriarcado, é necessário ser-se capaz de o analisar: analisar o seu funcionamento, a sua capacidade de cooptar a linguagem feminista e as suas diferentes manifestações. É necessário perceber o sistema, que mantém as mulheres (Womyn)² do-

² [Nota do Tradutor: Womyn no original] Womyn é uma das muitas grafias alternativas usadas por algumas feministas como declaração política e repúdio às tradições que definiram "mulheres" em referência a uma norma masculina.

minadas e subordinadas, e desvendar o seu funcionamento no sentido de trabalhar, de forma sistémica, pela liberdade das mulheres. Walby define o Patriarcado "como um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres" (1990, p. 20). O Patriarcado é, portanto, o domínio institucionalizado e sistémico dos homens em detrimento das mulheres e de todos os que não são identificados como masculinos.

A contenção das reivindicações feministas e a despolitização do feminismo é uma das manifestações mais recentes do Patriarcado nos dias de hoje. Em quase todo o lado, há uma música da cultura pop reivindicando o feminismo. Camisetas caras, líderes políticos mundiais e programas de TV defendem que "todos deveriam ser feministas". Há um enorme esforço para tornar o feminismo mais apetecível, para o reduzir a uma frase que soe bem ou a um refrão que se encaixe numa canção. O perigo da propagação do feminismo pela tendência do momento tem sido a sua despolitização que apaga a política radical subjacente ao conceito feminista.

Perverte o movimento político feminista em algo que não ameace o status quo e é, portanto, algo não-revolucionário e arbitrário. Isto é, claramente, contrário aos fundamentos do feminismo. O feminismo é, e sempre será, uma ameaça ao status quo. Como o status quo em si é inaceitável, o desmantelamento dos sistemas que permitem que ele exista é o que fundamenta o movimento feminista. O processo de desmantelamento deste sistema significa que vários grupos de pessoas que, actualmente, se beneficiam deste sistema perderão o seu privilégio, o seu acesso ao poder, à riqueza que acumularam, e ao acesso e comodidade. Portanto, a ideia de que este processo seria suave, um cenário vantajoso para ambas as partes, é ainda outra via pela qual o Patriarcado funciona. Por exemplo: os argumentos de que a inclusão das mulheres na economia beneficiaria o crescimento de toda a economia. O objectivo do nosso movimento não deve ser assimilar estruturas

que nunca foram projectadas para nos beneficiar³. O foco deve ser a reimaginação de alternativas para estas estruturas.

Quando pensamos no nosso feminismo como abordagem radical necessária para dismantlar os sistemas de opressão, devemos, em contrapartida, ser capazes de ver como as nossas culturas, religiões e noções, a que tão afectuosamente teimamos apegar-nos, perpetuam os padrões do Patriarcado. Longe dos chavões, devemos perguntar, por exemplo, o que significa ter 'ícones feministas' que são a favor de guerras, abertamente racistas ou assumidamente capitalistas? Quem faz essas 't-shirts feministas' e em que condições? Devemos interrogar. Temos de procurar conhecimento e analisar as nossas novas realidades com esta informação baseada em princípios. Embora não nos conformemos, recusando reconhecer essas duras verdades, o Patriarcado continua a infiltrar-se, a transformar-se, existindo agora até em espaços que havíamos registado como feministas. O feminismo Africano contemporâneo deve estar profundamente enraizado, política e revolucionariamente. Qualquer outra coisa é diversão.



Mas o Patriarcado também continua a apresentar-se a si próprio como sendo a protecção dos valores e das culturas tradicionais. Em muitos países Africanos, há uma ressurgência da retórica antifeminista, um surgimento da "síndrome do rapaz" (a ideia de que os homens são o novo grupo oprimido na sociedade) e a persistente noção falsa que o feminismo é não-Africano e está a ameaçar valores e culturas Africanos. O feminismo é descrito como uma epidemia que está a destruir o conceito da família. Os abortos são uma das consequências.

³ E por «nós» quero dizer qualquer pessoa que exista fora da identificação de «homem cisgenderizado heterossexual».

O foco destas e de muitas outras retóricas consiste em ampliar e exagerar as diferenças biológicas entre os homens e as mulheres, usando a religião e a cultura para legitimar a subordinação das mulheres. A inserção da diferença cultural como forma de defender os maus tratos às mulheres, depende da ideia de que as tradições são a-históricas, imutáveis e misóginas – um insulto a qualquer tradição dinâmica – devem estar no centro de todos os esforços feministas voltados para o dismantelamento do Patriarcado. Além disso, a repopularização das tradições específicas está a tornar-se muito chique entre os jovens, sendo exemplo as festas de revelação de género ou os chás de panela, em que jovens noivas são ensinadas com base em compreensões muito limitadas do que constitui a feminilidade.

Isto está directamente ligado à promoção deliberada da unidade familiar heterossexual como norma e ao uso deste aspecto para atacar as feministas e as suas causas. Traçar o perfil dos homens como sendo os cuidadores e, por extensão, dar-lhes poder económico, social e outros, perpetua o domínio masculino, que constitui o cerne da unidade familiar heterossexual. Nesta estrutura, os papéis de género são reforçados com homens na liderança e mulheres a apoiar. Tal narrativa é justificada pela ideia de Deus e, portanto, inata. "Não é bom que o homem esteja só; farei para ele alguém que o auxilie e lhe corresponda", como é dito no Genesis 2:18. Portanto, a dinâmica das relações heterossexuais é desequilibrada e amplamente distorcida do ponto de vista das mulheres. A insistência da heteronormatividade compulsória e a sua influência nas relações, para além de marido e esposa, devem ser exploradas.

Uma das maiores ferramentas à disposição do Patriarcado é o uso da lei como uma via para policiar moralmente e privar as mulheres da sua verdadeira agenda. Integrados em profundas tendências religiosas, muitos estados Africanos continuam a utilizar a lei

para justificar o policiamento dos corpos das mulheres, atacar os direitos sexuais reprodutivos e para normalizar a violência contra as mulheres. Em 2014, o Ministro de Estado para Assuntos da Juventude do Uganda, Ronald Kibuule, declarou publicamente que “as mulheres que se vestem de maneira indecente merecem ser violadas”⁴. Solicitou que a polícia averiguasse os antecedentes dos casos de estupro para eliminar os ‘provocados’ por mulheres vestidas de minissaias, biquínis e jeans apertadas. Uganda também legalizou uma Lei Anti-homossexualidade – não obstante esta ter sido posteriormente anulada devido a um detalhe técnico – e a Lei Anti-pornografia, cuja definição de ‘pornografia’ inclui vagas referências à ‘exibição indecente’ e ‘representação das partes sexuais de uma pessoa com o objectivo primeiro de excitação

sexual’⁵. O Ministro da Ética e Integridade, Simon Lokodo, anunciou recentemente que a lei proíbe certos tipos de vestuário feminino, como minissaias. O Uganda é apenas um exemplo de como a lei foi cooptada para servir os interesses dos fundamentalistas religiosos, entre outros, cujo interesse é de policiar os corpos das mulheres e etc.⁶. Em outros países Africanos, como Moçambique, as mulheres não podem entrar em edifícios públicos com os ombros descobertos. Embora este impedimento não ser uma lei, sendo apenas um tipo de decreto não oficial, ninguém (excepto algumas activistas feministas) a questionou. Há também debates sobre os uniformes escolares em que se alega que as meninas devem usar tipos específicos de roupa para não desviar a atenção dos seus professores. Este tipo de policiamento moral tem uma influência mais ampla, pois não só limita a autonomia e o arbítrio das mulheres para decidirem por si mesmas que tipos de roupas preferem, como também normaliza os padrões patriarcais que são prejudiciais às mulheres e afectam a sua qualidade de vida.



O discurso do género no contexto do desenvolvimento

O discurso e as políticas de género no contexto do desenvolvimento neoliberal são outra tentativa do Patriarcado de subjugar o feminismo e de moderar as lutas feministas para diluir o impacto dinâmico que estas representam na ordem patriarcal existente e nos seus sistemas socioculturais, políticos, legais e económicos que são baseados na exclusão e injustiça. A deliberada ‘diluição’ do significado do feminismo e a transferência sistemática dos seus principais elementos conceptuais (o género, principalmente) para

4 Daily Monitor September 2013. Pode ser acessado em <https://www.monitor.co.ug/News/National/EXCLUSIVE--Minister-Kibuule-audio-recording/688334-2007616-tc9lv1z/index.html>

5 BBC News Africa 01 Aug 2014. Pode ser acessado em <https://www.bbc.com/news/av/world-africa-28613925/cheers-as-uganda-court-annuls-anti-homosexuality-law>

6 BBC New Africa 26 February 2014. Pode ser acessado em <https://www.bbc.com/news/world-africa-26351087>

epistemologias liberais que pressionam através de discursos e de políticas moderados tornou-se um desafio actual urgente para as feministas – em termos ideológicos e pragmáticos.

Conceptualmente, o feminismo está ancorado numa resistência à opressão patriarcal e à dominação masculina vivida. Resistência contra um status quo que começa com a criação de mais-valias e com a percepção de que, desde muito cedo, nas sociedades humanas, as mulheres podem ser trocadas entre os homens (assim se criando os fundamentos da família heterossexual) e de que se pode encontrar equivalência entre as mulheres e outros seres sencientes – como bovinos e camelos, por exemplo. Isto criou a base do que hoje é conhecido por ‘mercado’. O primeiro mercado foi criado por homens, com a invenção de tabus e rituais que lhes permitiram domesticar as mulheres na família heterossexual e privatizar os corpos destas para procriarem e produzirem um provimento constante de trabalho. Com o tempo, as mulheres aprenderam a pactuar com esta realidade social, de um modo geral, permitindo assim, a aceitação da dominação como ‘senso comum’, a hegemonia masculina. Embora sempre tenha havido mulheres que rejeitavam e se rebelavam contra a hegemonia patriarcal, no geral, as mulheres tornaram-se guardiãs do privilégio masculino na arena doméstica, servindo de guardiãs do poder patriarcal.

Nos períodos posteriores, à medida que as sociedades de classes se consolidavam o trabalho que as mulheres produziam tornou-se o reservatório de onde se extraía o capital para a expansão do capital e do lucro para a classe capitalista. E embora os trabalhadores assalariados – que eram e ainda são em grande parte homens – tenham resistido à exploração da classe e exclusões associadas ao desprezo capitalista pelos operários, eles não expandiram as suas experiências de desigualdade para as suas relações com as mulheres no local de trabalho e/ou no lar.

À medida que a divisão do trabalho foi surgindo nas primeiras sociedades, as mulheres tiveram que ser ‘capturadas’ e tornaram-se propriedade dos homens para estes controlarem as suas capacidades reprodutivas e criativas. Assim, as mulheres tornaram-se a primeira expressão de propriedade, de propriedade privada – pertencente e controlada e feita circular por homens, em lares controlados por homens. Esta prática persiste ainda nos dias de hoje, com a maior parte das sociedades humanas permitindo que os homens possuam e controlem os corpos e as capacidades das mulheres como prática ‘normal’. O casamento, que representa um contrato entre os homens e o estado, legitima esta privatização das mulheres como propriedade masculina. As mulheres que procriam fora do controle directo dos homens, em estruturas heterossexuais reconhecidas, são difamadas por todos os tipos de discursos, sendo geralmente punidas por serem ‘indecentes e



indisciplinadas'. O estado emergiu de guerras em tempos de expansão, com a acumulação de outros humanos, mulheres e crianças principalmente, e animais domésticos, por apropriação. Mais tarde foram inventadas classes, raças e outros diferenciais sociais para consolidar e assegurar o privilégio masculino através de discursos e práticas de coerção e conivência.

O estabelecimento dos direitos masculinos sobre os corpos, sexualidades, capacidades e habilidades das mulheres e das crianças que elas dão à luz, marca o momento fundamental da heteronormatividade e da domesticação das mulheres como propriedade masculina. Em todas as sociedades, espera-se que as mulheres trabalhem de forma altruísta, sem esperar nenhuma remuneração. Os sistemas e mecanismos que medem o valor do trabalho masculino excluem e/ou ofuscam deliberadamente o valor do trabalho das mulheres. Esta é uma das numerosas áreas em que as feministas demonstraram, claramente, a relação directa entre a exploração, a não remuneração do trabalho das mulheres e a supremacia masculina, particularmente na arena doméstica.

Contudo, as mulheres resistiram a esta opressão e dominação desde os primeiros tempos, lutando para recuperar a sua integridade e autonomia. Estas formas de resistência constituem a base do que hoje reconhecemos como feminismo – a recusa de ser relegada ao estatuto de propriedade por outro ser humano. Da mesma forma que

os Negros têm insistido na sua humanidade contra as ideologias e práticas de exclusão da supremacia branca, as mulheres têm insistido, há muito mais tempo, na recuperação e reintegração da sua personalidade autónoma nas suas respectivas sociedades.

O Feminismo e o conceito de Género

O feminismo e a resistência dele resultante têm por base diversos discursos que reflectem as complexas interseccionalidades decorrentes das diferentes lutas das mulheres e dos significados e intenções do feminismo como política assente nos corpos e vidas das mulheres. Embora as feministas concordem que a resistência é fundamental para a política antipatriarcal, os significados e implicações da política feminista, bem como os modos de luta que são adoptados e expressos, continuam a ser profundamente discutidos entre as feministas, em toda a parte. Importa salientar que, embora todas as feministas sejam mulheres, nem todas as mulheres são feministas.

Por sua vez, o género surge inicialmente das tentativas das mulheres de criar uma ferramenta heurística que começa por explicar os mecanismos que existem na sociedade para gerenciar e controlar as mulheres. Tem a ver com hierarquias de poder entre mulheres e homens na produção de bens e serviços da vida. Os papéis são fundamentais na manutenção da divisão do trabalho, que restringe em grande parte as mulheres ao domínio 'privado' como 'local natural' para elas – definido através de noções de feminilidade e domesticidade que posicionam meninas em situações submissão e conformidade, e os meninos em identidades de masculinidade e poder hegemónicos. Como Stevi Jackson sublinha: 'Homens' e 'mulheres' não são entidades determinadas biologicamente, mas grupos sociais definidos pelas hierarquias e pelas relações de exploração entre si (1996).



A evolução histórica do género como ‘ferramenta de pensamento feminista’, especificamente, está directamente relacionada com o surgimento e a internacionalização das lutas das mulheres pela personalidade, dignidade, integridade e liberdade de modo a serem reconhecidas como cidadãs plenas nas suas respectivas sociedades. Assim como as lutas dos trabalhadores, que são os principais produtores de mercadorias e lucro nas sociedades capitalistas, deram origem à noção de classe como noção central na análise e compreensão da relação entre produtores e exploradores, também as lutas das mulheres para recuperar a sua personalidade e integridade, como seres plenos e autónomos, produziram uma ferramenta heurística que explica as infraestruturas de exploração e dominação nas relações das mulheres com os homens e com os sistemas de poder e instituições, em todas as sociedades.

Portanto, a noção de género como ferramenta relacional descreve e explicita os sistemas e práticas através dos quais as mulheres são social e culturalmente construídas como subordinadas aos homens: como se espera que as mulheres desempenhem funções específicas e adoptem atitudes de género que assegurem e/ou reforcem os privilégios e o poder dos homens; como se espera que as mulheres sejam altruístas e submissas em deferência ao privilégio masculino; e que, para ser mulher, a mulher deve ser socializada nas práticas e ideologias da feminilidade e domesticidade, e perpetuar este sistema a favor dos homens. Estas são algumas das funções centrais do género, situadas na interface da relação entre mulheres e homens em todas as sociedades humanas.

Rachel Wambui, na sua publicação no Daily Nation, relata a experiência de uma mulher queniana profissional com percepções e expectativas patriarcais, profundamente enraizadas, que continuam a predominar nessa sociedade. Tendo oferecido e servido uma chávena de chá a um colega que



ocupava uma posição inferior na empresa, foi recompensada com a seguinte declaração de aprovação: ‘Você é uma boa mulher kikuyu... conhece o seu lugar... pode ser culta, mas não esqueceu as suas raízes – é o seu dever subordinar-se aos homens’ (Wambui, 2016). Esta atitude está incrivelmente difundida em muitas sociedades Africanas e é considerada uma concessão às mulheres que têm acesso à educação e têm ocupações assalariadas fora de casa.

As sociedades humanas, do final do século XIX ao início do século XX, começaram a expressar novas ideias através de conceitos e idiomas que reflectiam mudanças na lei, política, sistemas de produção e experiências culturais, especialmente nas regiões europeia e norte-americana (em grande parte como consequência da generosidade que se seguiu ao saque colonial de sociedades em outras partes do mundo). As mulheres também reconheceram a necessidade de elaborar um léxico que expressasse até onde haviam chegado na jornada humana e as tradições intelectuais que haviam criado. A noção de género como uma ferramenta explicativa surgiu da resistência radical à reconsolidação da hegemonia patriarcal no momento da arrogância capitalista.

Como um constructo feminista, o género adquire a capacidade de expor os sistemas

e hierarquias ao longo dos quais o poder circula em locais de cultura, economia, política, religião, direito, língua e uma série de lugares onde mulheres e homens se relacionam. Como ferramenta analítica, é sujeito a um discurso ideológico que explora e expõe criticamente o poder masculino e os sistemas que sustentam este poder.

Feministas como Virginia Wolfe, que insistiu na legitimidade e relevância das ideias e do valor intelectual das mulheres, proporcionaram os pontos de partida para a imaginação de 'género' como um conceito feminista fundamental. Em meados do século passado, mulheres, em toda a parte do mundo, foram encontrando formas de utilizar este conceito para radicalizar o seu entendimento sobre 'papéis femininos' supostamente 'normais', particularmente na arena doméstica, e de criticar práticas excludentes destinadas a manter as mulheres fora dos espaços públicos das respectivas sociedades.

O sequestro e despolarização do género

Foi a percepção de que o feminismo representaria a maior ameaça aos interesses do Ocidente e dos homens em geral que impulsionou o projecto que despolariza o conceito central da análise feminista que ficou conhecido como 'integração de género' ('gender mainstreaming'). Em África, por exemplo, a política nacionalista, que após o momento de independência rapidamente forçou as mulheres a voltarem aos seus 'papéis tradicionais', seria comprometida pela introdução de um discurso político radical baseado numa crítica feminista do Patriarcado e do poder masculino. Em conivência com os 'parceiros de desenvolvimento', foi iniciada uma redefinição sistemática do significado conceptual de género como parte do discurso de desenvolvimento, a qual acompanhava a ajuda e as doações destinadas às sociedades maioritariamente do Sul.

Inicialmente, a reacção contra a noção de género foi baseada nas alegações que não havia género nas sociedades Africanas. Mas, nas últimas quatro décadas, ocorreu uma mudança que levou à normalização do género como ferramenta discursiva nos vários grupos da sociedade civil, entre doadores e formuladores de políticas de vários níveis do Estado e internacionalmente.

Recentemente, as agências das Nações Unidas assumiram um papel de liderança não só na redefinição dos conceitos feministas relacionados com a integridade corporal, direitos sexuais e reprodutivos e noções de sexualidade, adolescência da rapariga e paz. Estas instituições estão agora a liderar a campanha de 'domesticação' do feminismo fazendo-o passar de uma identidade e política, que foi afastada e considerada repugnante, para uma noção elegante e aceitável, dentro da qual até os homens se podem posicionar. Ao 'integrar' o género conceptualmente – isto é, realocando epistemologicamente a noção numa filosofia e discurso liberal incapaz de expor e desafiar efectivamente sistemas e infraestruturas de poder e os privilégios masculinos – estes guardiões do status quo conseguiram alcançar dois importantes objectivos: privaram o género da sua essência crítica como ferramenta analítica radical, e despolarizaram o relacionamento das mulheres com o Patriarcado.



Notam-se também duas interessantíssimas tendências políticas que se cruzam com o feminismo como local político e identidade, ideologicamente contestados. Por um lado, há o surgimento claro do que está a ficar amplamente reconhecido como o 'feminismo de Twitter'. Por outro lado, existem tentativas muito coordenadas de mulheres nacionalistas de se apropriarem do termo 'feminismo' e da sua identidade, insistindo que o feminismo é sobre a igualdade de género para todos e que não é antipatriarcal ou anti-homens. Nesta fascinante, mas ainda perturbadora entrada de ideólogos nacionalistas (mulheres e homens) no domínio do feminismo como ideologia e prática de resistência, reconhecemos não apenas a crise do insucesso nacionalista neocolonial em prover os benefícios da independência – fracasso este claramente reflectido nas revoltas de trabalhadores e de mulheres em todas as sociedades do continente – mas também podemos detectar uma estratégia deliberada de repolitizar o feminismo como versão contemporânea do nacionalismo de género, desta forma despiando-o das suas tradições radicais de resistência ao status quo.

Como o termo 'gender mainstreaming' sugere, o género tornou-se parte integrante do status quo dominante (mainstream), parte da linguagem de cooptação e comprometida. Os activistas de género tornaram-se os novos guardiões da igualdade de género em todo o amplo espectro da sociedade civil e das instituições do Estado. O género foi 'defraudado' e agora está seguro. Estruturalmente, por exemplo, a linguagem utilizada para fazer referência à violação patriarcal e ao exercício da impunidade sexual é a Violência de Género - uma expressão tecnocrática que virtualmente não tem valor conceptual nem teórico na resistência das mulheres à violação patriarcal e ao comportamento supremacista.

A nova campanha de apropriação da linguagem radical reflecte-se no debate em torno de feminismo e da identidade. Os homens estão a intitular-se feministas,

e os chefes dos Estados patriarcais estão a tornar-se guardiões do feminismo – é um ataque ao cerne da política e da consciência radical das mulheres. Este é um dos maiores desafios que enfrentamos como mulheres que compreendem a importância de proteger e expandir as narrativas e os significados da nossa liberdade política.



Reforçando a resistência feminista às novas manifestações do Patriarcado

Ao defender politicamente o feminismo como uma resistência ao status quo, certos princípios não negociáveis ajudam na concentração na essência da luta e a não se ser desviado pelas táticas de acolhimento do Patriarcado.

- **Interseccionalidade além dos 'ismos':** A visão para o tipo de futuro feminista, para o qual estamos a trabalhar, deve ser uma visão que vai para além do sexismo, além do racismo, além do classismo, além da homofobia, além da discriminação baseada na idade. Onde as nossas diferenças têm sido usadas como uma ferramenta notória para nos manter centradas na luta, devemos vê-las como "criativas e não divisivas" (Lorde, 1984). Não podemos separar as nossas diferenças, que não são as mesmas; e, no entanto, nenhuma de nós é livre até sermos todas livres. As conexões entre duas ou entre várias mulheres são as mais temidas, as mais problemáticas e as mais potencialmente transformadoras da Terra. O custo é um processo mundano que requer reflexão sobre como todas nós fomos, da nossa maneira, cúmplices da divisão. A verdadeira essência da interseccionalidade, como caracterizado por Kimberle Crenshaw,

requer um olhar multidimensional sobre os modos como o Patriarcado e, por extensão, outras formas de opressão, intersectam e afectam diversas mulheres, de maneira diferente. A interseccionalidade reúne duas das mais importantes vertentes do pensamento feminista contemporâneo e esteve, de variadas maneiras, preocupada com a questão da diferença. A primeira vertente foi dedicada à compreensão dos efeitos da raça, classe e género nas identidades, experiências e lutas pelo empoderamento das mulheres. Ao ir além das nossas próprias opressões individuais, podemos colocar em prática a verdadeira solidariedade. Esta capacidade de entender e reconhecer a variação em contextos, experiências e culturas, reconhecendo simultaneamente que o objectivo comum é dismantlar o Patriarcado e redistribuir o poder, é uma das principais necessidades da prática do feminismo.

Ampliando a nossa compreensão do grupo cujos interesses defendemos: A invisibilidade de muitos constituintes do movimento e a destruição sistémica de grupos específicos de mulheres que enfrentam vulnerabilidades únicas e significativas, merecem um reconhecimento específico e o direito de errar no movimento feminista. É importante reconhecer as mulheres transexuais nos movimentos feministas, os profissionais do sexo nos movimentos feministas, as mulheres pobres nos movimentos pelos direitos reprodutivos, etc., e, deliberadamente, garantir que cada uma seja representada e ouvida. Devemos ser capazes, não apenas de acreditar profundamente na importância da inclusão, como também de inseri-la em todos os aspectos do nosso trabalho, buscando as vozes das mulheres que tradicionalmente foram deixadas de fora ou alienadas. Sem este esforço de intersecção e inclusão, corremos o risco de apagar vozes e contribuições importantes para o movimento, bem como o risco de uma 'Chimamanda única'⁷. O resultado é a falta de respostas

e abordagens com nuances para realidades que não são semelhantes à realidade de cada uma. A beleza da inclusividade autêntica, no entanto, é que proporciona a cada mulher a oportunidade de falar com competência sobre as suas próprias experiências. Embora seja verdade que todas nós estamos essencialmente a lutar contra o mesmo tipo de Patriarcado, é crucial reconhecer que ele se manifesta de diferentes maneiras. É imperativo perceber, por exemplo, que o Patriarcado reage de maneira diferente a uma mulher da classe média, educada e cisgenero do que reage a uma mulher de classe média abertamente queer ou a uma da classe trabalhadora. Reconhecer que certos grupos de mulheres enfrentam facetas de múltiplas camadas explica por que razão a interseccionalidade, como uma abordagem radical e não negociável do feminismo, é crucial para o movimento.

- **Desconstruir os papéis de género:** As "binariedades" de género e as nossas definições confinadas e limitadas de feminilidade são coisas que devemos destruir. O Patriarcado tem-se baseado no relegar dos papéis das mulheres a áreas limitadas e controladas, bem como na criação de diferentes desvios de atenção e divisões entre as mulheres e outros grupos oprimidos. É essencial que se desmantelem os papéis de género de modo a dismantlar o Patriarcado, o que significa dismantlar o conhecimento limitado, o medo e os preconceitos que temos sobre a sexualidade e o género em si. Devemos ampliar o nosso escopo no que concerne à maneira como pensamos sobre as mulheres, ampliando a nossa definição de feminilidade para além dos papéis padronizados, tais como a pura cuidadora, esposa, mãe. Estas noções limitantes mantiveram as mulheres confinadas às cadeias do Patriarcado. O

⁷ O perigo de uma "Chimamanda única" foi descrito pela feminista queniana Schaeffer Okore durante o segundo Feminist Idea Laboratory (Laboratório de Ideias Feministas), no Uganda em 2018. Refere-se ao fenómeno de colocar uma mulher feminista – como acontece com a famosa escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie – num pedestal, exigindo que ela represente e fale por todas as mulheres Africanas, independentemente das suas diferenças

libertar destas cadeias abala o próprio fundamento em que o Patriarcado está assente. Talvez uma das maiores divisões do movimento se encontra nele próprio. Este trabalho também inclui a desconstrução e a redefinição do que é a masculinidade, afastando-se dos estereótipos violentos, machistas, que têm sido apresentados e que continuam a prejudicar as mulheres de diversas formas.

- A solidariedade, Irmandade e o amor das

mulheres: são centrais para o movimento feminista. É este amor que nos motiva a prosseguir no árduo trabalho de edificação do movimento e da luta contra o Patriarcado. Bell Hooks refere-se a este amor como as extraordinárias reservas de força, a vontade de continuar a desafiar o Patriarcado capitalista de supremacia Branca (Hooks, 2015). O Patriarcado convenceu-nos, durante muitos anos, que as mulheres não podem existir a menos que estejam em concorrência umas com as outras, o que dilui o poder das amizades femininas, e convenceu muitas de nós que a solidariedade de umas para com as outras não é possível. Portanto, o acto revolucionário de desaprender estas tristes histórias, que muitos de nós fomos condicionados a acreditar por tanto tempo, é vital para esta luta. Falar de irmandade e superar a diferença só pode provir de

um lugar de amor e, por extensão, de um compromisso de canalizar este amor para a realização do trabalho necessário no sentido de criar as mudanças fundamentais que precisamos. Como disse Adrienne Rich, “As conexões entre as mulheres são as forças mais potencialmente transformadoras no planeta.” (Rich, 1996). Abraçar estas conexões, cremos, é um dos factores radicais não-negociáveis necessários para uma mudança radical. Isto influencia a teorização, o trabalho e a acção feminista. O pessoal é político. O reconhecimento que as nossas experiências pessoais são ligadas ao nosso posicionamento nos sistemas de poder mais amplos, é crucial para a nossa compreensão do Patriarcado.

- **Raiva:** Gostaríamos de dizer que a raiva é um “não-negociável” necessário. A proeminência do feminismo nos anos anteriores teve muito mais a ver com a cooptação pelo capitalismo e pela celebridade, em oposição ao facto das mulheres ‘já estarem fartas’. Para muitos, a raiva das mulheres, bem como a nossa autonomia sexual, tem sido um tabu. O medo da raiva das mulheres e depois, por extensão, a necessidade de controlá-la, é apenas mais um medo que as mulheres se libertem dos laços normativos de controlo social e rejeitem os títulos impostos pelos ‘guardiões da paz’. Nós internalizámos que a raiva, e todas as nossas fortes emoções, não são reacções racionais à dor, ao abuso e à desumanização que experimentamos. Pelo contrário. Gostaríamos que abraçássemos a raiva que sentimos e a usássemos como uma ferramenta para a transformação, como o ‘combustível’ que impulsiona e motiva a luta. O tipo de política de dar as mãos, não radical, não conflituosa, infelizmente não nos proporcionará as mudanças que desejamos.



Feminismo de resistência e o poder da classe trabalhadora

Algumas das mais poderosas e intransigentes feministas, na história das lutas de resistência das mulheres contra o Patriarcado,⁸ foram as mulheres da classe trabalhadora. De Claudia Jones a Lilian Ngoyi, as tradições dinâmicas das lutas da classe trabalhadora contra a exploração capitalista reforçaram a ideologia feminista radical e o activismo de maneiras absolutamente fundamentais. Claramente, a intersecção entre raça, classe e género testemunha a centralidade das relações de luta e resistência entre as mulheres trabalhadoras (por exemplo, no chão da loja, nos campos agrícolas de commodities, na arena doméstica como trabalhadoras, como esposas), especialmente entre a ideologia feminista e identidade, de formas profundamente significativas. As mulheres trabalhadoras foram as primeiras guardiãs da resistência patriarcal em todas as nossas sociedades. É através do seu trabalho que o capitalismo, em toda a parte, tem sido capaz de apaziguar os homens em conluio com sistemas de opressão de género. A maior parte dos homens continuam a ser ferozes de-

fensores da masculinidade patriarcal e da subordinação das mulheres – através de sistemas raciais ou de classe. Homens de todas as regiões participam, de uma maneira ou de outra, na manutenção de mecanismos que lhes proporcionam a possibilidade de assegurar o seu domínio e de utilizar o Patriarcado no sentido de controlar as mulheres.

Embora as mulheres da classe média tenham conseguido empregar mão-de-obra doméstica para ‘aliviar’ o seu fardo de exploração doméstica – e, deste modo, participar na exploração de outras mulheres de formas muito notórias, as mulheres da classe trabalhadora raramente têm meios para recorrer ao trabalho de outra mulher. Não podem pagar os aparelhos que tornam a vida mais fácil para as mulheres da classe média; recebem os salários mais baixos, juntamente com as suas irmãs que se encontram na agricultura; e têm menos acesso a cuidados de saúde e protecções estatais, bem como os recursos mais básicos necessários para viver uma vida digna e com valor próprio. Quando há a mais pequena crise no capitalismo, as mulheres que trabalham suportam o fardo mais pesado. As suas taxas de mortalidade são as mais elevadas entre as mulheres a nível mundial, e as hipóteses de saírem da exclusão económica e política são as mais pequenas. Em África, é entre as mulheres da classe trabalhadora – tanto urbanas como rurais – que o feudalismo patriarcal está mais profundamente enraizado, com discursos constantes de autenticidade impostos como exigência das suas identidades enquanto mulheres e enquanto Africanas.

8 [Nota do Tradutor: herstorical resistance of women's struggles against the Patriarchy, no texto original] O termo «her-story» é uma resposta feminista à definição hegemónica da narrativa humana a partir de uma perspectiva masculina (isto é, o que narramos e recontamos/recordamos sobre a jornada humana é a «sua história» em vez da «nossa história»). Ao desafiar o termo e posicionar a «sua história» ao lado da narrativa androcêntrica das conquistas e fracassos humanos, as feministas insistem numa reconceptualização da narrativa humana a partir de uma perspectiva das mulheres. Centrando as mulheres no significado e no reconhecimento da existência humana, criamos o contra-equilíbrio necessário que nos permite mudar para uma representação mais inclusiva e completa do que éramos e do que nos tornámos como seres humanos.

Então sim, o feminismo tem tudo a ver com a classe trabalhadora e com o que tem estado a acontecer com as mulheres em toda a parte, desde sempre. No entanto, os debates em torno da relevância política do feminismo para as mulheres trabalhadoras foram interceptados pelos difíceis desafios de raça, privilégio, capacidade, localização social e diferenças de consciência sobre identidade, integridade corporal e como resistir ao Patriarcado em solidariedade com outros grupos/classes de mulheres.

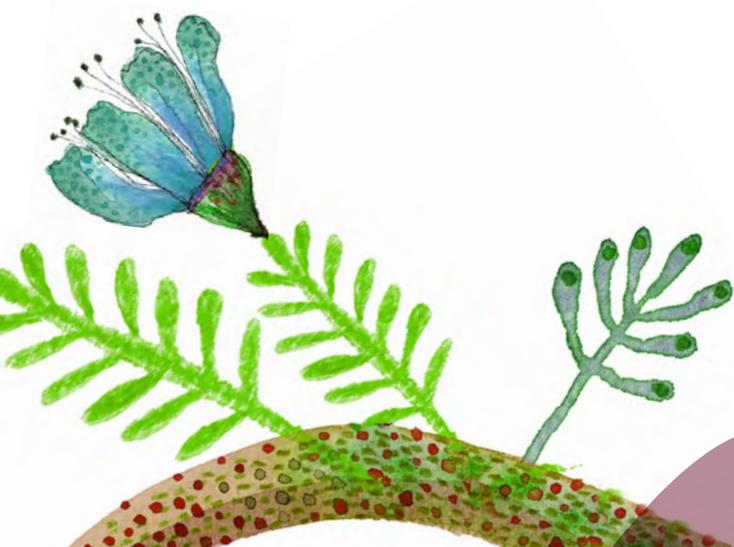
Actualmente, a indústria do turismo é um exemplo importante de como o capitalismo expandiu o seu alcance a todos os cantos da sociedade humana, extraindo o trabalho feminino de novas e prementes maneiras, recorrendo às características de domesticidade, cuidado, hospitalidade e submissão – a essência do que os humanos consideram ‘lar’ – para explorar e degradar ainda mais as mulheres e meninas. Como Truong argumenta, a sexualidade feminina tornou-se um ‘activo económico’ em muitos países do sul. É um recurso que traz ‘divisas’ como parte do desenvolvimento, e os governos fecham os olhos, permitindo a prostituição como ‘sexo limpo’ na indústria do turismo. Desta forma, a ideologia de hospitalidade, submissão e autossacrifício, inerente ao papel feminino tradicional, é utilizada de maneira conectada à ideologia do nacionalismo – para afirmar novas formas de controlo e exploração das mulheres.

Contudo, uma prática paralela de exploração e degradação das mulheres como corpos comoditizados, usados para procriar e trabalhar a favor de um homem ou de linhagens de homens, existia antes do saque a grosso de corpos Negros para o poder supremacista Branco. Na ausência de uma crítica feminista radical das interfaces históricas entre os sistemas socioculturais e políticos, que normalizaram a exploração dos corpos das mulheres e suas capacidades criativas (através de rituais culturais, linguagem, tabus e práticas), e os sistemas económicos, que proporcionam a cada homem a oportunidade de se tornar um homem (a economia política do poder patriarcal), os Africanos tendem a ser fundidos numa massa, sem género, de corpos colonialmente oprimidos, cuja liberdade depende de uma ideologia nacionalista de recuperação de um passado em grande medida imaculado, o qual é inspirado por noções de romantismo e autenticidade. Quando as mulheres são referenciadas, ainda é através, principalmente, da alegoria da maternidade e de noções de feminilidade que complementam o discurso nacionalista de recuperar o que foi perdido durante o colonialismo.

Feminismo Africano e nacionalismo Negro

Abordando o tratamento dado a Winnie Madikizela Mandela e Wambui Waiyaki Otieno na revista online Pambazuka, Grace A. Musila observa, com perspicácia, o seguinte:

‘Em grande medida, tanto a crítica como o apoio emocional que essas duas mulheres granjearam nas suas vidas estavam largamente ancoradas em suposições sobre a conduta “adequada” “para figuras “públicas” da sua estatura, por um lado, e premissas igualmente restritivas sobre as mulheres como receptáculos metafóricos de noções falocêntricas de maternidade, viuvez, moralidade e o decoro de ícones, por outro lado” (2011).



A ênfase nacionalista na exploração racial dos corpos Negros, sem uma crítica que acompanhe a comoditização patriarcal dos corpos de mulheres Negras, de todas as idades, como propriedade dos homens, resultou frequentemente na rejeição total das exigências das mulheres por um discurso autónomo e pela representação de si mesmas como pessoas de direito próprio. Esta demanda, central para as ideias feministas e para o activismo Africanos, ainda é abordada como uma expressão de 'alienação' das noções normativas de comportamento politicamente apropriado das mulheres Negras, do continente e da diáspora, a nível mais geral. Tais noções, que são dominantes a nível de discurso e a nível ideológico, nos cenários de conhecimento de África, apresentam o feminismo como uma expressão da 'alteridade' do nacionalismo, como o lugar supostamente comunitário e 'natural' para as mulheres Negras. O movimento mulherista, que é, em muitos aspectos, um eco de género da ideologia e identidade nacionalistas Negras, tem, consistentemente, insistido nesta contra-narrativa ao feminismo, mesmo quando alguns dos seus proponentes usam o termo feminismo para expressar o que são, na verdade, perspectivas conservadoras sobre vidas e lutas de mulheres Africanas no continente (Mikell, 1997).

A maior parte da segunda metade do século XX foi dominada pelo debate sobre se as mulheres Africanas poderiam ser feministas e o que o feminismo Africano era ou significava, dentro do contexto do desenvolvimentismo e de outros discursos globalizantes sobre as sociedades Africanas. Culminou numa interessante série de argumentos e debates, textos e roteiros que reflectem, parcialmente, a persistência da tradição colonial de 'falar pelos Africanos' por parte do Ocidente, Branco e Negro, e, principalmente, mulheres. Definir o que era o feminismo Africano (esta tendência parece ter diminuído no início do século XXI) tornou-se uma indústria, dentro da academia do Norte, uma especialização que, em muitos casos, se encaixava perfeitamente num género, já existente,

de discursos antropológicos e etnográficos que questionavam os corpos e as vidas das mulheres Africanas no continente como, essencialmente, 'sujeitos exóticos'.

Além disso, estes movimentos intelectuais e debates representaram uma expressão do surgimento e expansão de compromissos teóricos e conceptuais que as mulheres Africanas no continente estavam a enfrentar entre si, na sequência do fracasso do Estado de proporcionar justiça social e material aos Africanos como um todo. A criação de organizações de mulheres que defendiam a igualdade de género e os direitos humanos das mulheres, em todas as sociedades do continente, proporcionou um terreno fértil



para o surgimento de contestações sobre quem eram as mulheres Africanas e quais eram as suas identidades e realidades políticas e ideológicas. (Ogundipe-Leslie, 1994).

Arenas e meios para o feminismo Africano contemporâneo

- O autocuidado como prática feminista radical:

Audre Lorde disse melhor quando afirmou: “cuidar de mim mesmo não é autoindulgência, é uma autopreservação e um acto de bem-estar político” (Lorde, 1984). Uma vez mais, devemos resistir ao desejo de apropriação de princípios feministas radicais e da sua transformação em frases atractivas de efeito individualista e capitalista. “O termo autocuidado não deve ser simplesmente sinónimo de alívio do stress ou de tempo para si própria ou de indulgência *femmey* generalizada”⁹. O autocuidado é comunal, sem retirar a centralidade no indivíduo, e pode ter resultados positivos nas tensões que existem nas comunidades, tornando cada uma de nós responsável para com os outros e reafirmando a sua preocupação por nós mesmas e pelos outros. É importante reconhecermos a nossa própria aprendizagem, a nossa própria dor e os nossos próprios limites para, conscientemente, darmos a mão umas às outras e apelar para as forças umas das outras é uma estratégia que salva vidas.

- **Organização contra diferenças:** Não há nenhuma outra opção senão trabalhar em conjunto para a nossa sobrevivência mútua. Mas como é a organização da diversidade em termos de responsabilidade, solidariedade e interesses individuais? Conseguir ver para além dos nossos preconceitos pré-condicionados, para perceber que é um o inimigo que temos em comum, é necessário para a sobrevivência do movimento. Uma das maiores mentiras que o Patriarcado nos disse, talvez tenha sido que somos diferentes, e que essas diferenças definem com quem devemos alinhar-nos. Temos tão intensamente internalizada a ideia de que não podemos lutar conjuntamente, que ela se infiltra em tudo o que fazemos. Tornou-se uma parte daquilo em que acreditamos, e

⁹ Um tweet de @nataliereed84.



não o desafiamos. Gostaríamos de acreditar que a maior arma que temos talvez seja a nossa capacidade de ver além dessas diferenças e entender o poder da frente única. Viver a verdadeira interseccionalidade é um desafio, mas é algo que devemos estar dispostas a empreender, se quisermos ser rotuladas de feministas. Tal só poderá surgir da compreensão de como nós, também mantivemos a roda da opressão a girar. As mulheres cisgenero devem estar dispostas a reflectir sobre a sua própria violência em relação às mulheres transgénero; as mulheres heterossexuais, para com as mulheres LB; as mulheres da classe média, no que respeita à maneira como tratam as mulheres da classe trabalhadora. Os processos de introspecção e desaprendizagem, embora difíceis, são a única maneira de se começar a avançar para a interseccionalidade. Só a partir deste fenómeno se pode começar o processo de aliança.

- A Internet como ferramenta que podemos cooptar

para derrubar o Patriarcado: Jovens feministas, especificamente em África, aprenderam a usar a Internet para falar sobre ‘todas as questões do feminismo’. Mobilizaram, ensinaram e resistiram na internet. Neste momento, a internet ainda é um espelho do Patriarcado e, por extensão, muitas das manifestações são encorajadas on-line com a ilusão acrescida de anonimato. Isto não impediu, no entanto, a radical e importante mudança que as feministas estão a criar ao utilizar estas ferramentas on-line. Hoje, mesmo com a enorme carga de trabalho que resta, podemos dizer, com firmeza, que as feministas limpam a linha do tempo. Se esta nova organização se reflecte na sociedade off-line, é conversa para outro dia. Esta conquista é possível graças à natureza dos espaços digitais. Um público grande e já convocado que está quase ansiosíssimo por receber informações e participar em conversas. Como resultado, dissemina-se informação, oferece-se educação gratuita e combate-se a falta de comunicação – diariamente e em tempo

real. Mentalidades mudam. Provoca-se o pensamento. Desafia-se o status quo. Esta é, talvez, a maior conquista do feminismo on-line (Ninsiima, 2018). Em toda a África, as feministas uniram-se por detrás das causas de cada uma, disseminando a consciência global e redefinindo o aspecto da solidariedade. Mesmo sem contacto físico, conseguiram criar laços profundos onde aprendem, defendem e se apoiam umas às outras. O efeito cascata de adoptar o feminismo on-line não é algo que possamos ignorar. Este movimento introduziu os ideais feministas nas gerações que, eventualmente, não teriam conseguido ter-lhes acesso, nem mesmo adquirido interesse por estas conversas. A 30 de junho de 2018, mulheres e aliados ugandenses foram para as ruas para protestar contra os brutais sequestros e assassinatos de mulheres no Uganda, no total 42 mulheres desde Maio de 2017, e a falta de intervenção do governo e da polícia para proteger as mulheres. Numa campanha lançada e veiculada principalmente nas redes sociais sob o #WomensMarchUG, mobilizaram-se feministas de todo o continente no sentido de pressionar as instituições policiais e estatais. Na história recente do Uganda, foi único e sem precedentes realizar-se uma marcha pacífica e bem-sucedida.

- A Linguagem como uma reivindicação da nossa

acção: Como podemos quebrar a linguagem dominante, mas assegurar que seja inclusiva? Por exemplo, como garantir que não se concentre apenas em mulheres cisgénero? Não há respostas claras para esta questão. Mas não podemos desvalorizar o poder na reclamação da linguagem e na reclamação das nossas noções radicais. A linguagem expressa crenças, valores e costumes. A linguagem é, portanto, de certa forma, um indicador de mudança de mentalidade e de comportamento.

Tal como acontece com toda a linguagem de resistência, aqueles que têm poder e que trabalham para manter o status quo,

encontram, inevitavelmente, formas de se apropriar de tal linguagem para redefinir o seu significado e apresentar uma versão mais suave, mais dócil, que represente uma menor ameaça à ordem estabelecida. Com a noção de classe, por exemplo, é importante lembrar como é que sociólogos, como C. Wright Mills (2000) na academia dos EUA, sistematicamente redefiniram o seu significado, e o significado social, em termos de perceber quem são os trabalhadores nas sociedades capitalistas, particularmente nas sociedades das regiões capitalistas 'avançadas'. O seu trabalho tornou-se parte do cânone da ciência social na segunda metade do século XX, ensinado em departamentos de sociologia em todo o mundo imperial, enquanto Marx e Engels, em particular, foram proibidos, sendo apenas ensinados através das interpretações de estudiosos re-construcionistas.

Esta apropriação e redefinição do significado radical que Marx e Engels impregnaram na noção de classe, situando a ideia na interface da produção de trabalho e na expropriação capitalista deste trabalho, foi uma estratégia deliberada para minar o radicalismo do constructo e substituir este radicalismo por uma cópia intelectual fraca, basicamente superficial, que minou a dinâmica da luta entre a classe trabalhadora e o que hoje se designa de sector corporativo ou empresarial. A noção da luta de classes como força motivadora da história foi, sistematicamente, removida do léxico discursivo em todas as disciplinas das ciências sociais. Substituiu-a uma linguagem conciliatória e muitas vezes grosseiramente anti-operária e antissindical, que é o actual discurso normativo do neoliberalismo e da globalização.

-O feminismo como política de todas as mulheres?

Outro desafio enfrentado pelo feminismo contemporâneo Africano é a necessidade de se criarem mais oportunidades para o envolvimento em discussões sobre o feminismo como política de todas as mulheres – nos seus variados e específicos locais e identidades – de modo a ultrapassar

as barreiras fomentadoras de tensões entre as mulheres transversais à diferença de classe, racial e sexual. Pode o feminismo ser uma ideologia e política de todas as mulheres, ou será que o feminismo, como política inclusiva, só pode aspirar a inclusão de todas as mulheres, mas devendo cada uma assumir a responsabilidade de se dotar da identidade e viver a praxis do feminismo? São questões difíceis a que se dedicar, quanto mais de resolver. Elas fornecem, no entanto, na sua complexidade, oportunidades únicas para as feministas Africanas reinventarem e revitalizarem, continuamente, as nossas noções e modos de ser radicais – um exercício crucial para a sobrevivência das mulheres, em todas as partes do mundo, e que está em sufoco por excessivo consumo e saque.

-**Desconstruindo a 'violência estrutural'**: Finalmente, o feminismo Africano contemporâneo deve olhar para a interface entre o humanitarismo e o que parece ser uma livre violação e exploração sexual de meninas, mulheres e meninos por homens Negros militares, em todo o continente. Ou seja, não só observar a violência estrutural em situações de guerra/crise, bem como nas chamadas sociedades 'normais', mas também o comportamento predatório de homens Brancos nas Nações Unidas e em organizações humanitárias em relação a meninas e mulheres jovens. Este é um desafio que parece ser específico para os Africanos em toda a parte, e que está enraizado nas tradições racistas e colonialistas que os homens Brancos têm desfrutado desde os primeiros encontros com os Africanos. Imagens de homens Brancos cercados por meninas (e meninos) que são, claramente, as suas concubinas, abundam na documentação de arquivo de intervenções coloniais. A presunção que as mulheres Negras são selvagens, sexual e fisicamente, era e continua a ser uma percepção comum dos homens Brancos que agora representam as políticas de resgate das ONGs do Norte e das agências doadoras financiadas por governos.

A profundidade desta impunidade de actos abusivos é, ainda, amplamente desconhecida, podendo, de facto, nunca ser exposta totalmente. Contudo, é crucial que não sejamos silenciados pelo medo das reacções adversas em termos de agências financiadoras, punindo aqueles que escavam e expõem este comportamento amedrontador, e que ousam vinculá-lo à persistência do privilégio masculino Branco em todo o nosso continente, como um elemento-chave da violação de corpos de mulheres Negras por homens de um modo geral, e por homens Brancos em particular. A insistência de que são os homens Negros que são bárbaros sexuais – mesmo levada à apreciação do Tribunal Internacional de Justiça – deve ser temperada por uma corajosa exposição de todo o comportamento masculino abominável.

Por exemplo, séculos de escravização de Africanos nos territórios, hoje conhecidos como as sociedades ‘avançadas’ do Norte, são uma das expressões mais notórias da degradação humana, a qual ainda constitui a base do privilégio e poder ocidentais – a impunidade e o saque da força vital humana iniciada através das brutais práticas de acumulação primitiva.

Desta forma, a acumulação primitiva não foi simplesmente uma acumulação e concentração de trabalhadores e capital exploráveis. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões no seio da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o género, bem como sobre a raça e a idade, tornaram-se constitutivas do domínio de classe e da formação do proletariado moderno (Federici, 2004).

É um facto estabelecido que a Branquidade como ideologia que amplia o privilégio para os seres humanos que se construíram como Brancos, e, especificamente, para os homens Brancos, tem como premissa a, profundamente bem estabelecida, exploração dos corpos Negros e das pessoas de cor em geral. Esta é a economia política do capitalismo como sistema racista e

supremacista de produção e dominação. E, embora o escravagismo dos corpos de mulheres e jovens se tenha tornado uma das maiores fontes de acumulação em todas as sociedades (tráfico), a compra e venda dos corpos de mulheres de cor continua a ser a principal fonte de riqueza neste comércio submundo. Portanto, não é uma coincidência que nas intersecções de raça, classe, género, sexo e em muitos outros sistemas excludentes, que sustentam as sociedades patriarcais e perpetuam a normalidade do privilégio e do poder masculinos, encontremos corpos e vidas de mulheres.

A economia política feminista como abordagem crítica na explicação do privilégio e do poder masculinos, para além das fronteiras mais restritas dos discursos nacionalistas anti-raciais e anticolonialistas, fornece uma ferramenta analítica muito mais profunda e autêntica para a desconstrução do Patriarcado como sistema complexo e, muitas vezes, ofuscante no que concerne às forças sociopolíticas, culturais e económicas que o sustentam. Também se cruza com as críticas radicais estabelecidas do capitalismo, como um sistema explorador que enriqueceu uma pequena minoria de humanos à custa da maior parte da humanidade. As lutas dos trabalhadores no continente Africano, e em toda parte, residem nonexo da exploração humana patriarcal – apesar da relutância generalizada dos trabalhadores masculinos em reconhecer os seus privilégios de género, inclusivamente nos locais de exploração capitalista. ■



Referências

- Baxandall, Rosalyn/Gordon, Linda. (eds). (2000). *Dear Sisters: Dispatches from the Women's Liberation Movement*, Basic Books, NY.
- Davies, Carole Boyce. (2000). *Left of Karl Marx: the political life of a black communist* Claudia Jones; Duke University Press, London.
- Davis, Kathy (2008): *Intersectionality as a buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful, in Feminist Theory*.
- Edna, Ninsiima (2018): *Speech at the Uganda Social Media Conference*. Full text can be accessed at <http://www.kas.de/uganda/en/publications/53021/>
<http://africanfeminism.com/2018/07/02/womensmarchuganda-womens-lives-matter/>
- Engels, Friedrich (1984): *On Marx's Capital*, Progress Publishers, Moscow
- Enole, Cynthis (2017): *The Persistence of Patriarchy*, <https://newint.org/columns/essays/2017/10/01/Patriarchy-persistence>
- Fakier, Khayaat/Cock, Jacklyn (2017): *Eco-feminist Organizing in South Africa: Reflections on the Feminist Table*. Full text can be accessed at: https://www.researchgate.net/publication/322542290_Eco-feminist_Organizing_in_South_Africa_Reflections_on_the_Feminist_Table#pf2 Fakier, Khayaat/Cock, Jacklyn (2017): *Eco-feminist Organizing in South Africa: Reflections on the Feminist Table*. Full text can be accessed at: https://www.researchgate.net/publication/322542290_Eco-feminist_Organizing_in_South_Africa_Reflections_on_the_Feminist_Table#pf2
- Federici, Silvia (2004): *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*, Autonomedia, NY.
- Frenkel, Ronit (2008): *Feminism and Contemporary Culture in South Africa*, in *African Studies* 67(1):1-10
- Gqola, Pumla (2011): *Wanting Wambui Back*, *The Fanon Blog* <http://readingfanon.blogspot.com/>, posted 6 September 2011
- Goldberg, Michelle (2018): *Feminism's Toxic Twitter Wars in The Nation* <https://www.thenation.com/article/feminisms-toxic-twitter-wars/>, 17 Feb. 2014.
- Griffin, Susan (1995): *The Eros of Everyday Life*, Anchor Books, NY.
- Hooks, Bell (2015): *Sisters of the Yam: Black Women and Self-Recovery*, Routledge, NY.
- Jackson, Stevi (1996): *Heterosexuality, Power and Pleasure, in Feminism and Sexuality*, Columbia Press, New York
- Jayawardena, Kumari (1986): *Feminism and Nationalism in the Third World*, Zed Books, London.1986
- Lorde, Audre. (1984). *Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Differences*, in: *Sister Outsider, Essays and Speeches*
- Mama, Amina (2001): *Talking About Feminism in Africa*, *African Women's Voices, Women's Worlds*
- Mies, Maria (1986): *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: women in the international division of labour*, Zed Books, London.1986
- Mikell, Gwendolyn Mikell (ed) (1997): *African Feminism: The Politics of Survival in Sub-Saharan Africa*, University of Pennsylvania Press, Pennsylvania.
- Mills, C. Wright (2000): *The Sociological Imagination*, Oxford University Press.
- Mills, C. Wright (1977): *The Marxists*, Dell Publishing Co.
- Musila, Grace A. (2011) 'How (not) to remember Wambui Waiyaki Otieno, Pambazuka, <https://www.pambazuka.org/governance/how-not-remember-wambui-waiyaki-Otieno>
- Edna, Ninsiima (2018): *Speech at the Uganda Social Media Conference*. Full text can be accessed at <http://www.kas.de/uganda/en/publications/53021/>
<http://africanfeminism.com/2018/07/02/womensmarchuganda-womens-lives-matter/>
- Ogundipe-Leslie, Molar. (1994). *Recreating Ourselves: African women and Critical Transformations*, Africa World Press, New Jersey.
- Oyewumi, Oyeronke (1997): *The Invention of Women*, University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Rich, Adrienne. (1996). *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*, in: Jackson, Stevi/Scott, Sue (eds), *Feminism and Sexuality*, Columbia University Press, NY.
- Smith, Barbara (1979): *Racism and Women's Studies' in Frontiers: A Journal of Women's Studies*, Vol. 5, No. 1, National Women's Studies Association Conference, Selected Proceedings 1979 (Spring, 1980) pp 48-49
- Spierings, Niels. (2014). *The Influence of Patriarchal Norms, Institutions and Household Composition on Women's Employment in 28 Muslim-Majority Countries*, Research Gate https://www.researchgate.net/publication/271857021_The_Influence_of_Patriarchal_Norms_Institutions_and_Household_Composition_on_Women's_Employment_in_Twenty-Eight_Muslim-Majority_Countries
- Sultana, Abeda (2011): *Patriarchy and Women's Subordination: A Theoretical Analysis*, Arts Faculty Journal, Bangladesh <https://www.banglajol.info/index.php/AFJ/article/view/12929/9293>
- Torunoglu, Gulsah (2016): 'Feminism in Egypt: New Alliances, Old Debates', in *Origins: Current Events in Historical Perspective*, Vol. (Issue 11, Aug 2016
- Wlaby, Sylvia (1990): *Theorizing Patriarchy*, Basil Blackwell, Oxford.
- Wambui, Rachel (2016) *Caught between feminism and tradition*, *The Daily Nation* <https://www.nation.co.ke/lifestyle/saturday/Caught-between-feminism-and-tradition/1216-3392462-1qi1s9z/index.html>, 23 Sep. 2016
- Wilson, Shamillah/Sengupta, Anasuya/Evans, Kristy. (eds). (2005). *Defending Our Dreams: global feminist voices for a new generation*, Zed Books/AWID, London.





Sobre a Série “Reflexões Feministas”

A Série “Reflexões Feministas” compartilha dissertações relevantes do trabalho colectivo do African Feminist Reflection and Action Group [Grupo Africano Feminista de Reflexão e Acção]. O grupo inclui 40 académicos feministas, activistas sociais e mulheres progressistas de sindicatos que fazem parte da arena política em diversas regiões do continente Africano. Desde Novembro de 2017, o grupo reúne-se regularmente para debater sobre os desafios que derivam dos padrões do desenvolvimento neoliberal e as actuais reações políticas negativas contra as mulheres para o activismo feminista Africano contemporâneo. Os encontros têm sido facilitados pelo escritório da Friedrich-Ebert-Stiftung, em Moçambique.

Sobre as Autoras

Patricia McFadden é uma académica, autora e feminista radical Africana da Suazilândia. Formada em Sociologia, os seus principais temas de investigação intelectual envolvem a sexualidade, cidadania e pós-colonialidade, nacionalismo e lutas revolucionárias, e a escrita como resistência no continente Africano. Lecionou em várias universidades de África e da América do Norte. É editora da “Southern Feminist Review” (SAFERE). Em 1999, recebeu o Hellman/Hammett Human Rights Award, o qual reconhece escritores que foram alvo de perseguição política.

Patricia Twasiima é uma feminista radical do Uganda. Trabalha como defensora dos direitos humanos, presentemente no comité consultivo do FRIDA – Fundo de Jovens Feministas, e é escritora permanente do Africanfeminism.com. Também escreveu e publicou trabalhos académicos sobre temas diversos, como a situação dos direitos humanos no Uganda e as desigualdades de género. Está interessada em utilizar a sua escrita para informar, ensinar e até mesmo ajudar a desencadear, a tão necessária, revolução. Publica no Twitter em @triciatwasiima.

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Publicado por Friedrich-Ebert-Stiftung Mozambique

Av. Tomás Nduda 1313, Maputo, Mozambique

Tel.: 258 21 491231 | Fax.: +258 21 490286

Email: info@fes-mozambique.org | www.fes-mozambique.org

© Friedrich-Ebert-Stiftung 2018

ISBN: 978-989-54223-7-1

Design - João Athayde e Melo | Ilustração - Ruth Bañon

O uso comercial de todos os meios de comunicação social publicadas pela Friedrich Ebert Stiftung (FES) não é permitido sem o consentimento por escrito da FES. Esta publicação pode ser citada, ou em extractos reproduzida, desde que a fonte seja devidamente reconhecida. As opiniões expressas nesta publicação não são necessariamente os da Friedrich Ebert Stiftung.